

Editorial

A edição de um novo número de um periódico científico é sempre, para os que o editam, um prazer e a expressão de um trabalho comprometido com a superação dos diversos desafios presentes nesse processo. Foi assim que a equipe que assumiu a editoria da Revista realizou esse trabalho e se comprometeu a realizá-lo no período de sua gestão. A partir do atual número, entregamos aos leitores um novo projeto gráfico de sua capa, realizado pela competente e sensível equipe do Laboratório de Design Gráfico da Escola de Design da UEMG, a quem agradecemos na pessoa da profa Iara Mol. Nesse projeto, verão os leitores que aparece o número 1 em destaque, representando o primeiro dos 3 números que a *Educação em Foco* passará a editar anualmente. Passar de 2 para 3 números anuais, ou seja, tornar-se uma revista quadrimestral é um novo objetivo colocado para a nova editoria desta Revista, cujo alcance vem ao encontro tanto das novas diretrizes da Capes para os periódicos *qualis* B1 quanto em resposta à demanda crescente dos pesquisadores em educação, de ter sua produção publicizada neste periódico. No entanto, nessa condição para que a produção científica brasileira na área da educação seja colocada em circulação, aumente em quantidade e qualidade e cumpra a periodicidade estabelecida, o papel dos pareceristas na avaliação dos artigos é imprescindível. Aos colegas das mais diferentes regiões do país e da FaE/UEMG que participaram como pareceristas deste número e de outros que já se encontram em preparação, a expressão dos sinceros agradecimentos, em nome de toda a equipe editorial.

O número 27 da *Educação em Foco*, ou o número 1 do ano de 2016, traz um conjunto de oito artigos, sendo um deles de autoria de pesquisador estrangeiro, e sete, de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil. Ainda, dentre esse conjunto de sete, encontra-se um ensaio.

Max Butlen, pesquisador francês da Université de Cergy-Pontoise, ESPE de l'académie de Versailles, AGORA, oferece aos leitores um artigo que se situa no campo do seu domínio e de expressão no meio acadêmico:

a formação do leitor na sua relação com a História das práticas culturais e sociais de leitura e da formação de professores. O seu artigo “Políticas de leitura, práticas de leitura e formação de professores” baseia-se em pesquisas com dados sobre as práticas de leitura dos jovens franceses e abre diálogos com outros países, inclusive com o Brasil, a partir de suas observações feitas no campo da leitura e das políticas de leitura aqui empreendidas. Lança luzes sobre dois pontos enunciados sob a forma de proposições teóricas, a saber: a compreensão das desigualdades nas práticas e nas competências de leitura dos alunos do ensino fundamental por meio de uma análise crítica das políticas de leitura; argumenta a partir de dados de pesquisa que a melhoria do desempenho desses alunos supõe, de um lado, levar em conta as dificuldades e as práticas de leitura e culturais reais desses jovens; de outro lado, uma revisão sensível da formação dos professores. No que se refere à análise crítica das políticas de leitura, põe em foco seus estudos desenvolvidos na França, que demonstram como políticas de oferta - de livros, de bibliotecas, de discursos e de ações para se incentivar a ler - inflaram no século vinte e continuam a inflar no século XXI, em consonância ao aumento do número de leitores e pela amplificação oferecida pela tecnologia da comunicação e da informação digital. No entanto, ao se perguntar sobre a efetividade de tal fenômeno do ponto de vista da recepção, o que se constata, por meio de resultados do PISA e de pesquisa complementar qualitativa realizada pela equipe que coordena na Universidade Cergy-Pontoise, sobre a situação francesa, é um movimento contrário. O número de leitores jovens vem diminuindo drasticamente, a ponto de, a partir de 1980, constatar-se a existência de um “*illettrisme*”, ou seja, de um analfabetismo funcional, como disse o autor. A explicação proposta pelo autor para esse fenômeno social e cultural é a de que houve uma ligação insuficiente entre os três elementos-chave das políticas de leitura, ou seja, os objetos a serem lidos, os espaços de leitura e o sujeito leitor. Nesse sentido, argumenta a favor de se passar de uma política centrada nos objetos a serem lidos a uma política centrada nos leitores e nos professores responsáveis por essa formação.

O artigo “Programa Nacional do Livro Didático Campo: até que

enfim!”, de autoria de Simone Sarmiento e Juliana Batisti, apresenta fundamentada discussão a respeito das especificidades desse Programa a partir da análise de documentos oficiais, de um lado, e, de outro, por meio de pesquisa empírica junto a professores que lecionam em áreas rurais, objetivando, segundo as autoras, conhecer o processo de seleção das obras didáticas aprovadas, assim como a adequabilidade da coleção escolhida ao contexto para o qual foi criado. Por meio da análise de documentos oficiais diversos, demonstram como, principalmente nos últimos 13 anos, os sujeitos sociais do campo foram sendo inseridos nas agendas das políticas públicas e de pesquisa de instituições, criando-se diferentes programas educacionais, como o PNLD Campo. Além de oferecerem informações sobre o processo de avaliação desses livros e um balanço do seu desenvolvimento no período, destacam que os componentes curriculares abordados nesse Programa – Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia – são integrados em coleções multisseriadas ou seriadas destinadas a alunos matriculados em escolas do campo das redes públicas de ensino. Ao direcionarem a pesquisa para o contexto da prática, não se orientaram pela ideia da implementação, mas sim como propõe Ball (1994), compreendendo que traduzir políticas em práticas é extremamente complexo, demandando que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a “interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática” (MAINARDES, 2006, p. 50). Levaram também em conta o que propõe Shohamy (2006), ao apresentar as Políticas Educacionais Linguísticas (PEL), que estabelecem mecanismos utilizados para criar práticas linguísticas principalmente em sistemas educacionais centralizados. Nesse sentido foi que as autoras se dirigiram aos 13 professores que lecionam em áreas rurais de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul e que participam do Programa do governo federal Pacto Nacional para a Alfabetização, por meio de um questionário. Dados relativos à interpretação e à ação desses atores sociais, com relação às coleções didáticas utilizadas no triênio 2013-2016, demonstraram que o PNLD Campo, no que se refere ao componente

curricular Língua Portuguesa, é adequado para o contexto de ensino ao qual se dirige, destacando-se a diversidade de propostas didáticas e de interdisciplinaridade. Assinalam que, embora os professores participantes da pesquisa façam uso intenso do livro didático, não participaram do processo de sua escolha, o que não é desejável do ponto de vista dessa política pública. Por fim, destacam a importância de investigações que acompanhem os efeitos das decisões tomadas na elaboração dos LDs Campo.

Edemir José Pulita e Gilberto Lacerda dos Santos propõem, no artigo “As novas perspectivas da imagem na era digital e os impactos na educação formal”, discutir resultados de pesquisa realizada com estudantes universitários de licenciaturas. A investigação, além de ter partido do pressuposto de que as tecnologias digitais de informação, comunicação e expressão (TDICE) possibilitam novas formas de realizar as ações expressas no acrônimo informar, comunicar e expressar, calcadas cada vez mais no imagético, inseriu-se no contexto de problematizações acerca das interfaces entre educação e tecnologias na contemporaneidade. Em sintonia com a autora Sibila (2012), questionam se escola e as tecnologias são dispositivos que têm epistemologias, estruturas, funções e finalidades históricas constitutivamente diferentes, em termos de papéis, de momentos, de movimentos, de lugares e de processos. Provocam-nos a pensar nos paradoxos a que somos confrontados. De um lado, a escola atual, vista, ao mesmo tempo, como sinônimo de confinamento, de repressão e de opressão e como fonte de construção de conhecimentos e de garantia da transmissão da cultura acumulada pela humanidade. De outro, as tecnologias, vistas, ao mesmo tempo, como conexão, compartilhamento e autonomia, assim como aprisionadoras, alienantes, bitoladoras da consciência e da cidadania. “Seriam esses universos conciliáveis?”, perguntam os autores. Perguntam ainda: como se encontrar uma síntese entre regimes, lógicas e práticas que não se coadunam facilmente? É a luz dessa problematização e de outra, relativa às imagens no contexto TDICE, que realizaram uma investigação qualitativa, de natureza sócio-histórica, com um grupo de futuros professores, com a finalidade de levantar, junto a esses,

elementos que contribuam para se avançar na compreensão dos novos aportes da imagem diante das TDICE, bem como a respeito de seus eventuais impactos na educação formal. A pesquisa consistiu em abordar um grupo de 38 graduandos de licenciaturas – futuros professores em processo de formação inicial – inquirindo-o sobre como as novas formas de produção, de circulação e de leitura de imagens, possibilitadas pelas TDICE, repercutem nos processos de informação, de comunicação e de expressão e quais possíveis impactos isso tem na educação formal. Os participantes da pesquisa foram envolvidos em uma dinâmica de coleta de dados estruturada em três momentos distintos e complementares: (1) leitura e discussão de textos provocadores sobre o tema em estudo; (2) visionamento e discussão de um filme problematizador do tema; (3) produção, pelos sujeitos da pesquisa, de textos reflexivos, decorrentes das discussões. Como uma das principais conclusões, dizem os autores que o estudo revelou que não se trata apenas de introduzir a imagem, seja por quais meios e formatos forem, sem dar importância para uma modificação das linguagens, mantendo as mesmas lógicas e finalidades da educação tradicional e bancária, como a memorização descontextualizada e a aprendizagem sem sentido nem contexto. Nesse sentido, consideram que “não será a mera instrumentalização de aparatos tecnológicos ou a simples utilização aleatória de imagens nos processos da educação formal que fará diminuir as desconexões e os descompassos atualmente existentes”.

Eliana Maria Sacramento Soares e Rosane Kohl Brustolin oferecem para nossa leitura o artigo intitulado “Mudanças nas práticas docentes no contexto da inserção de laptops numa escola de ensino fundamental”. Neste artigo, as autoras apresentam recorte da pesquisa “Formação humana de educadores no contexto da cultura digital: a inserção do laptop educacional na escola”, apoiada pelo CNPq, na chamada CNPq /CAPES nº 07/201. A pesquisa foi realizada junto a professores de uma escola municipal do estado do Rio Grande, participante do programa “Um Computador por Aluno (UCA)”, um dos vários projetos Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Segundo informam as autoras, da escola escolhida, foram ouvidos, em 2012, em grupo focal,

seis professores das áreas séries iniciais, Língua Portuguesa, Artes e Biologia, os quais revelaram estar mudando suas práticas no contexto da inserção de laptops, o que nem sempre ocorre, conforme encontraram em estudos precedentes, objeto de discussão nesse artigo.

A pesquisa realizada pelas autoras parte do pressuposto de que, dependendo da forma como acontecer o relacionamento entre tecnologias digitais e processos educativos, ocorrerá a emergência de novos domínios de aprendizagem, configurando contextos existenciais de valor para a formação humana. Nesse sentido, ressaltam as autoras, também apoiadas em estudos precedentes, que surgem novas possibilidades para a aprendizagem, assim como novas demandas para os professores, em termos de saberes, planejamento e manejo em sala de aula. Lançam mão do arcabouço teórico da Biologia do Conhecer, no qual a aprendizagem é entendida como mudanças estruturais que decorrem de interações recorrentes. Nesse sentido, entendem e afirmam que os *laptops* podem propiciar a emergência de espaços sociais que se constituem principalmente das interações sociocognitivas sobre ou em torno de um objeto de conhecimento. Sendo assim, a pesquisa realizada focou naquilo que os interagentes fazem com essa interface, e naquilo que essa interface “faz” com os interagentes, no sentido dos acessos a informações, a processamentos e a simulações por ela possibilitadas. Segundo as autoras, apoiadas em Maturana (2002), mudanças estruturais podem ocorrer quando professores e alunos estabelecem, em convivência, interações mútuas e dinâmicas com o meio (no caso, a sala de aula, o *laptop* e o objeto de conhecimento), o que lhes permitirá operar recorrentemente, produzindo mudanças, o que é trazido pelo conceito de acoplamento. Ao categorizarem as falas dos professores participantes do grupo focal, identificaram três categorias emergentes: aceitar o convite de conviver e de mudar, resistir à inserção do *laptop* em suas práticas e atuar, em parceria com os estudantes, na busca por alternativas para mudanças na prática. Esses resultados afirmam, segundo as autoras, que estão acontecendo movimentos de auto-observação e de reflexão por parte dos professores num fluxo de interações recorrentes, a fim de reorganizarem suas práticas. Dos resultados apresentados, inferem

que o redimensionamento das práticas docentes no contexto da inserção digital necessita de se alicerçar em conversações na convivência, pela qual ocorra compartilhamento de dúvidas e incertezas, exigências para construir um novo fazer pedagógico.

O artigo “Formação continuada de professores/as e sua relação com o conceito de acontecimento”, escrito pelos autores Elisabete Andrade, Arnaldo Nogaro e Helena Copetti Calai, introduz um novo conceito para se analisar a formação continuada de professores, a saber, o conceito de acontecimento. Tema já bastante pesquisado na área educacional, pauta de inúmeros programas formulados por políticas públicas, e que tem gerado a inércia e certa desconfiança por parte dos docentes, incita os autores à busca, a partir de pesquisa bibliográfica, do entendimento das condições e possibilidades de desenvolvimento de um processo de formação que possa vir a transformar os modos de ser professor(a) e, dessa forma, qualificar as formas de ensinar e de aprender. Pressupõem os autores que há a necessidade de se instaurar processos formativos que provoquem atitudes reflexivas que resultem na construção de si mesmo e de sua identidade profissional; portanto, diferenciados dos eventos de formação dos quais os docentes participam ora como ouvintes de palestras, de conferências, de seminários, de oficinas, ora como pesquisadores que socializam seus estudos, ou ainda que participem de modelos mais acadêmicos de formação continuada, como é o caso da pós-graduação, tanto *latu* quanto *stricto sensu*, um formato focado na pesquisa e na produção acadêmica. Embora reconhecedores da importância de tais espaços formativos, os autores se propõem a pensar a formação continuada de professores no “entretempo” em que a docência acontece, tendo por base o conceito de *acontecimento* desenvolvido especialmente por Deleuze (DELEUZE; GUATTARI, 2011; CORAZZA; GIRALDI, 2010; GALLO, 2007; KOHAN, 2002) e também a partir da teorização feita por Foucault na obra *O Governo de Si e dos Outros* (2010). A partir dessa concepção de acontecimento, os autores sustentam que não é o evento em si que forma ou que transforma a maneira pela qual os sujeitos professores(as) pensam os contextos em que trabalham e a área em que atuam, mas o que esse movimento formativo causa neles, quais impactos

e quais encontros possibilitam. Acrescentam, contudo, que “eventos e acontecimentos não estão sendo entendidos dicotomicamente, mas como jogos de forças, um implicado no outro, espaço ‘liso e estriado’” (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Continuam explicando que “o espaço estriado é o da normatização, da regulamentação, o que pode ser denominado como gestão-macro da educação; liso é o espaço que envolve diretamente os sujeitos, o que pode ser definido como gestão-micro, ou seja, os sujeitos-professores inseridos em uma instituição educativa”. Por fim, mais duas ideias: uma sobre a solidão do ato de conhecer e de saber (CORAZZA, 2007a); outra sobre o envolvimento estético e ético da profissão (HERMANN, 2005), a potencialidade de potencialidades para produzir outros modos de ser docente.

“Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova Universidade Federal” é o título do artigo produzido por Nadir Zago, Lea Pinheiro Paixão Thiago e Ingrassia Pereira, elaborado a partir de dados de pesquisa levantados por meio de um questionário respondido por estudantes de diferentes cursos que assinaram termo de desistência de seus cursos na UFFS *Campus* Erechim. Enfatizam as autoras que a motivação para a realização de um estudo sobre evasão no ensino superior não foi o ineditismo do tema, mas sim a existência de uma lacuna de pesquisas voltadas para as novas instituições implantadas no país na última década e em processo de consolidação. O cenário do estudo de caso que empreendem é o de expansão do acesso ao ensino superior, resultante da mobilização de movimentos populares e sindicais na luta pela reversão do quadro de privatização instaurado na década de 1990, assim como da formulação de políticas públicas emanadas do estado brasileiro a partir de 2003, como (1) 2004: Programa Universidade para Todos (Prouni); (2) 2005: Universidade Aberta do Brasil (UAB); (3) 2007: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); (4) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), configurando possibilidades efetivas de acesso de camadas da população até então excluídas desse ingresso. As autoras alertam, no entanto, para a complexidade e as contradições dessa situação, uma vez que as instituições privadas

continuam majoritárias, totalizando cerca de 74% das matrículas nos cursos de graduação.

Ao delimitarem as questões específicas do caso em estudo, problematizam o próprio conceito de evasão e estabelecem que interessa-lhes compreender as condições para a permanência desse novo público que ingressa em universidades beneficiadas pelas políticas de interiorização do ensino superior público, perguntando: (1) os estudantes que interrompem o curso universitário revelam desistência de um determinado curso, de uma instituição ou expressam fenômenos de outra ordem? (2) Trata-se de uma evasão do sistema ou de um “abandono” provisório? As autoras oferecem aos leitores não apenas as análises realizadas sobre os dados recolhidos, mas igualmente uma detalhada e rica descrição do percurso e das escolhas metodológicas tomadas para a realização da pesquisa e durante o seu decorrer. Dentre as conclusões gerais a que chegam nesse estudo, observaram “que um número considerável de estudantes, ao desistirem de um curso na UFFS Erechim, não desistiu de estudar, migrando para outro curso da própria universidade ou para outra instituição”. Por isso, julgaram prudente não associar diretamente o percentual de evasão à exclusão do sistema. Nesse sentido, entendem que, aqui, evasão deva ser entendida como mobilidade, o que permitirá não mascarar a complexidade do fenômeno.

Por último, na sessão “Palavra aberta”, Luciano Mendes Filho, professor titular de História da Educação da UFMG, com sua larga trajetória de participação em órgãos de fomento e de política científica brasileiros, com reconhecida competência científica e engajamento nos fóruns associativos da Educação, reuniu, para publicação na *Revista Educação em Foco*, um conjunto de reflexões a respeito do que tem se constituído no sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil, dando especial destaque à área de Educação. Provoca e oferece elementos para se pensar a respeito das questões relativas a esse sistema; instiga o pensar sobre os efeitos de tal sistema sobre a formação de professores e de pesquisadores e sobre a produção científica nacional. Expõe os argumentos sobre os temas e aspectos estabelecidos historicamente como sendo os mais fundamentais a serem levados em conta nas avaliações

e, a respeito de cada um deles, discute certos fundamentos sobre os quais se ancoram, apontando sugestões para sua avaliação. Ao final, ultrapassando a avaliação periódica da pós-graduação, sugere que é preciso que se estabeleça uma política científica para a área de educação que articule formação e produção de conhecimentos, dando, assim, sentido à própria avaliação, evitando que se converta na única política possível para a área de Educação.

Esperamos que este número que ora entregamos, composto por pesquisas e pontos de vista de pesquisadores, como é o caso do ensaio de Luciano Mendes Filho, instigue o interesse, a reflexão e, quiçá, a tomada de posições face a temas e problemas candentes da realidade educacional brasileira contemporânea em seus diferentes níveis de ensino. Recebe os leitores um conjunto de artigos que enfoca temas e problemas que têm permanecido em tela já durante décadas, na busca por novas compreensões que possam ser potencializadoras de novas ações pedagógicas e políticas nos âmbitos macro e micro da realidade educacional. Enfocam-se também temas e problemas novos configurados por novas realidades culturais, sociais e políticas que exigem estudos e vigilância epistemológica em suas apropriações. Temas como os relacionados à política de avaliação do sistema de pós-graduação, que tocam de forma sensível na atuação dos professores/pesquisadores das universidades brasileiras, na sua tarefa de produzir conhecimentos e de formar novos pesquisadores. Temas e problemas educacionais brasileiros que dialogam com a produção e com as realidades internacionais, num movimento de aproximação e de singularização. Boa leitura é o que deseja a equipe editorial da *Educação em Foco*.

Lana Mara de Castro Siman
Pela equipe editorial